

# Conferencistas exigem financiamento adequado para ações de Vigilância em Saúde

Por Viviane Claudino

Garantia de financiamento ao Sistema Único de Saúde (SUS), respeito às realidades regionais e fiscalização e integridade das ações de Vigilância em Saúde permearam os debates do painel temático “Vigilância em Saúde, Direitos, Conquistas e Defesa de um SUS”, que compôs a mesa de abertura da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (CNVS), no dia 27 de fevereiro, em Brasília.

O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), contou com a participação de duas mil pessoas de todos os estados brasileiros: delegados, participantes livres e convidados que contribuíram para a construção da Política Nacional de Vigilância em Saúde, destacando pontos importantes como financiamento adequado e respeito às diversidades da população.

A procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, Élide Graziane, enfatizou que não é possível

defender o SUS e a saúde pública sem discutir o financiamento progressivo do Estado. “Não há direito social sem dinheiro que ampare o seu custeio. Ou o direito à saúde é amparado por uma garantia de financiamento ou ele é precarizado e entregue à substituição do Sistema Suplementar”, avaliou.

A mudança na forma de repasse de recursos do SUS para estados e municípios, que dificultou a fiscalização para o controle social, e a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os investimentos em saúde por 20 anos, foram duramente criticados pela procuradora. “A EC 95 é inconstitucional. Precisamos garantir o financiamento do SUS para que ele seja um direito universal. E é com orçamento público que se garante direitos”, afirmou.



## PREVENÇÃO DE AGRAVOS

Garantir a vigilância para prevenção, o acompanhamento para aprimorar medidas de controle e desenvolvimento de práticas que promovam proteção e saúde para todos também foram destaques.

“Há trabalhadores que usam, durante um ano de trabalho, de 36 a 50 litros de óleo diesel no corpo. Quando se vive num território historicamente discriminado, ninguém reflete sobre essa situação e as populações sofrem com este modelo de desenvolvimento”, observou a representante da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Costeiras e Marinhas do Brasil (Confrem), Célia Regina das Neves. “Isso é omissão do estado. Precisamos qualificar o SUS de uma forma responsável, chamar por esse comprometimento de todos e difundir o nosso enfrentamento a essa luta de classes”, completou.

O presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa, ressaltou a importância

da promoção da saúde em todos os níveis de atenção. “Temos aqui a possibilidade de cumprir um vazio importantíssimo. Essa conferência será um divisor de águas para reafirmar que sem vigilância não existe saúde integral e o SUS será extremamente reduzido somente a sua parte assistencial, que arcará com mais despesas porque não estamos investindo de maneira correta”, disse. Segundo Barbosa, a integração de todas as vigilâncias, inclusive com a saúde da família, é fundamental.

O presidente do CNS, Ronald dos Santos, reconheceu o esforço de cada um dos participantes para a construção das propostas. “Nossa capacidade de colocar em ação a inteligência coletiva do povo brasileiro foi capaz de produzir, há 30 anos, o SUS. São muitos debates e reflexões. Estamos em um processo coletivo para defender a saúde como direito e uma política de proteção sustentada nos princípios do SUS, que garantam qualidade no seu caráter público”, afirmou. //

